

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento, de forma continuada, de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel, com a disponibilização, em regime de comodato não oneroso, engarrafado, tipo butano (para cozinha), acondicionado em botijão de 13 kg e em cilindro de 45 kg, para atender a demanda dos Órgãos e Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal, conforme exigências e especificações técnicas, contidas neste Termo de Referência.

1.2 **DETALHAMENTO DO OBJETO** - O fornecimento seguirá o quantitativo e especificações constantes abaixo:

1.3 O CONTRATANTE não se obriga a adquirir a quantidade registrada, podendo solicitar o fornecimento de itens individualmente e em percentuais menores, conforme a necessidade demandada.

1.4 A utilização da ata pelo órgão gerenciador - SEARH e pelos participantes poderá ser por itens isolados, conforme a legislação pertinente.

1.4.1 A contratação atenderá também outras unidades que por ventura venham a ser instaladas durante a vigência da contratação.

1.4.2 Órgãos participantes: **SEMMUD, SESAD, SME, SELIM, GACIV, SEHARF, SEMUC, SEMUT, SEMSUR, SESDEM, SEMOP, SEMAS, SEMUR.**

1.5 **Tipo:** Menor preço

1.6 **Critério de adjudicação:** Menor preço por item

1.7 – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.7.1 As quantidades a serem licitadas foram definidas com base nas solicitações das secretarias, as quais levaram em consideração a possibilidade de celebração de contratos com prazo de até 05 (cinco) anos na hipótese de fornecimento das quantidades contínuas, conforme disposto no art. 106, da Lei nº 14.133/2021

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID. DE MEDIDA
01	461652	GÁS LIQUEFEITO de PETRÓLEO (GLP) , tipo GLP Butano, pressão vapor 5 kgf/cm ² , ponto máximo de ebulição 2°C, teor máximo de enxofre volátil 0,36 g/m ³ , corrosividade máxima 1, normas técnicas MB281, fornecido em botijões de 13 (treze) kg, sob regime de comodato.	16.298	botijões
02	461652	GÁS LIQUEFEITO de PETRÓLEO (GLP) , tipo Butano, pressão vapor 5 kgf/cm ² , ponto máximo de ebulição 2°C, teor máximo de enxofre volátil 0,36 g/m ³ , corrosividade máxima 1, normas técnicas MB281, fornecido em cilindros de 45 (quarenta e cinco) kg, sob regime de comodato.	1.215	cilindros
03	461652	GÁS LIQUEFEITO de PETRÓLEO (GLP) , tipo GLP Butano, pressão vapor 5 kgf/cm ² , ponto máximo de ebulição 2°C, teor máximo de enxofre volátil 0,36 g/m ³ , corrosividade máxima 1, normas técnicas MB281, fornecido em botijões de 13 (treze) kg, sob regime de comodato. (COTA RESERVADA - ME/EPP DE ATÉ 25%)	5.432	botijões

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos - SEARH
Coordenadoria de Análise de Termo de Referência

04	461652	GÁS LIQUEFEITO de PETRÓLEO (GLP) , tipo Butano, pressão vapor 5 kgf/cm ² , ponto máximo de ebulição 2°C, teor máximo de enxofre volátil 0,36 g/m ³ , corrosividade máxima 1, normas técnicas MB281, fornecido em cilindros de 45 (quarenta e cinco) kg, sob regime de comodato. (COTA RESERVADA - ME/EPP DE ATÉ 25%)	405	cilindros
----	--------	--	-----	-----------

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A Administração Pública tem o dever de buscar, sempre, a solução mais adequada, sob a ótica da eficiência e da economicidade, para satisfazer plenamente a sua necessidade;

2.2 Trata-se de contratação de serviço comum para o fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), que tem por objetivo viabilizar, técnica e adequadamente, o pleno e ininterrupto abastecimento nas dependências internas (cozinhas) dos Órgãos e das Secretarias Municipais, bem como das unidades administrativas a elas correlatas;

2.3 A contratação se faz necessária para suprir a demanda dos Órgãos que compõem a Administração Pública Municipal em relação aos objetos licitados, mantendo registrado o preço do material para aquisições futuras, conforme necessidades de cada órgão, o que gera um melhor custo x benefício para a Administração Pública, evitando desperdícios.

2.4 A realização do procedimento licitatório, na modalidade Registro de Preços, proporcionará condições favoráveis para atendimento das demandas, bem como a redução de gastos, uma vez que a Administração Pública mesmo tendo necessidade de contratações frequentes, não é obrigada a contratar todo o quantitativo pré estipulado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1 O Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogada, por igual período, conforme artigo 84, da Lei nº 14.133/2021.

3.2 Os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços estão sujeitas às regras previstas na Lei Federal nº14.133, de 2021.

4. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL

4.1 O fornecimento estará diretamente vinculado a expedição da Ordem de Compra pelo solicitante;

4.2 o prazo de entrega do produto será de, no máximo, 01(um) dia, a contar do recebimento da Ordem de Compra/Serviço;

4.3 A entrega dos objetos solicitados se dará nos locais indicados pelos Órgãos Contratantes de domingo a domingo.

5. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

5.1 De acordo com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto desta licitação será recebido da forma como segue:

5.1.1 Provisoriamente, imediatamente depois de efetuado o abastecimento, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações trazidas neste Termo de Referência;

5.1.2 Definitivamente, após a verificação de que o Sistema de Controle e Gestão de Abastecimento atende às especificações detalhadas neste instrumento.

5.2 Na hipótese do Sistema não atender às funcionalidades descritas neste Termo de Referência, será convocado o Licitante seguinte, obedecendo a ordem de classificação.

5.3 Caberá ao órgão contratante proceder à verificação da qualidade, quantidade e conformidade técnica do objeto a ser entregue, por intermédio de servidor ou equipe designada pelo próprio órgão, o qual atestará a conformidade do objeto e, sendo o caso, o seu efetivo recebimento, na nota fiscal.

6. DA QUALIDADE DOS PRODUTOS E VISTORIA NOS LOCAIS DE ENTREGA

6.1 Os botijões e cilindros serão fornecidos em regime de comodato;

6.2 Os botijões e cilindros deverão ser entregues lacrados e em perfeito estado de conservação, sem ferrugens, amassados e danificações, observando a Resolução ANP N° 18/2004;

6.3 Deverá constar nos botijões e cilindros:

- a) Inscrição em alto-relevo com a marca da distribuidora;
- b) Rótulo com instruções de uso, nome e telefone da distribuidora;
- c) Local e data do envasilhamento;
- d) Informações de segurança do produto.

6.4 No caso dos botijões com mais de 15 anos, deverão apresentar data de validade impressa no dispositivo que indica a requalificação do produto.

6.5 O objeto deverá estar de acordo com as resoluções do INMETRO e seguir o disposto na legislação vigente, em especial a Resolução ANP n° 18/2004 e Norma NBR 15186 da ABNT.

6.6 O conhecimento prévio das condições gerais dos locais, onde será feita a entrega dos produtos, deverá ser de conhecimento do proponente licitante, não sendo admitido, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento do local de entrega e /ou dificuldades técnicas.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Entregar os produtos conforme especificações e condições contidas neste Termo de Referência e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Termo de Referência;

7.2 Substituir o produto que estiver fora das especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentar defeito ou imperfeição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

7.3 Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, restando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

7.4 Comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no fornecimento dos produtos;

7.5 Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

7.6 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos e Secretarias Municipais de Parnamirim - RN;

7.7 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos;

7.8 Responsabilizar-se por todo o ônus referente a entrega dos produtos nos locais indicados pelo contratante, dentro dos limites do Município de Parnamirim;

7.9 Sempre prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo Órgão Contratante;

7.10 Obriga-se a efetuar a entrega dos produtos e a emitir as notas fiscais, conforme quantitativo estabelecido na nota de empenho;

7.11 Indicar um representante da empresa junto ao CONTRATANTE, para solucionar problemas que possam surgir durante a execução dos serviços;

7.12 A CONTRATADA deverá fornecer produtos de boa qualidade, dentro dos padrões estabelecidos pelo INMETRO, ANP e ABNT.

7.13 Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

7.13.1 estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

7.13.2 possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS;

7.13.3 possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

7.14 A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 7.404, de 2010, deverá:

7.14.1 elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

7.14.2 adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

7.14.3 informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Fiscalizar e acompanhar o contrato, ficando essa obrigação sob a responsabilidade do fiscal do contrato do Órgão contratante;

8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

8.3 Comunicar a CONTRATADA qualquer irregularidade constada no cumprimento de suas obrigações;

8.4 Aplicar as penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado no Contrato;

8.5 Pagar a importância correspondente aos serviços, no prazo contratado e nas condições pactuadas;

8.6 Proporcionar todas as facilidades para que a empresa fornecedora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.7 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo fornecedor.

9. DAS SANÇÕES

9.1 No caso de atraso injustificado, ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com os Órgãos da Administração Pública Municipal, as sanções administrativas aplicadas ao licitante serão as seguintes:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

9.2 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, enseja o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Parnamirim - RN, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

9.3 Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado para o fornecedor;

9.4 Não havendo mais interesse da Administração Pública Municipal na execução parcial ou total da Ata de Registro de Preços, em razão do descumprimento pelo Fornecedor Registrado de qualquer das condições estabelecidas para a prestação dos serviços objeto deste certame, implicará na aplicação de processo administrativo que poderá culminar na perda do direito de licitar com a Administração Pública por até 05 cinco anos;

9.5 O descumprimento total ou parcial da obrigação, nos termos do item 9.4 ensejará, além da sanção revista no próprio item, a sanção prevista no subitem 9.1.2 deste Termo de Referência;

9.6 As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelos Órgãos de Administração Pública Municipal ou cobradas diretamente da Empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula;

9.7 Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública Municipal, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério;

9.8 O não atendimento a convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida; ou no caso de não regularização por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte da documentação prevista no edital, no prazo também previsto no edital, acarretará em multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado para o fornecedor, sem prejuízo de outras cominações legais;

9.9 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 Pessoa jurídica que explore ramo de atividade compatível com o objeto ora especificado e que atenda as condições exigidas no presente Termo de Referência;

10.2 Comprovação da autorização para o exercício da atividade de distribuição ou revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP), expedida pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

10.3 O Licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante já tenha fornecido produtos compatíveis com o objeto da licitação.

10.3.1 O atestado deve ser assinado por representante devidamente autorizado da instituição contratante (quando não se tratar de órgão público).

10.3.2 O atestado apresentado deve trazer indicação clara e legível do cargo e nome do representante da empresa que o assina, bem como dados para contato (telefone e e-mail), para eventual conferência.

10.4 Comprovação de autorização ou licenciamento ambiental expedida por órgão ambiental competente.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento seguirá rigorosamente a Ordem Cronológica de Pagamentos estabelecida pela Resolução 032/2016 TCE-RN e Decreto Municipal nº 6.048/2019, contados a partir da data do atesto.

11.1.1 Para execução do pagamento de que trata o item 11.1, a Contratada deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Órgão beneficiado com o devido n.º do CNPJ, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

11.2 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida a Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Órgão beneficiado.

11.3 Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal dos encargos sociais e previdenciários, quais sejam, INSS, FGTS, Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

11.4 A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações constantes neste certame.

11.5 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

11.6 Quaisquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado

12. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços se dará por meio da Comissão de Registro de Preços que anotarà em registro próprio todas as ocorrências determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos.

13. DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

13.1 Os preços registrados poderão ser cancelados de acordo com o disposto no artigo 298, do Decreto Municipal nº 7.288, de 13 de novembro de 2023.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1 A eficácia da Ata de Registro de Preços fica condicionada à publicação de seu extrato pela Administração no Diário Oficial do Município e Portal Nacional de Contratações Públicas, a ser providenciada pela Contratante, nos termos do §1º artigo 290, do Decreto Municipal nº 7.288, de 13 de novembro de 2023.

Parnamirim (RN), data da assinatura digital

Soraya Lopes Cardoso

Coordenadora de Análise de Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Parnamirim (RN), data da assinatura digital

Jorge de Moraes Maia

Secretário Adjunto de Administração e dos Recursos Humanos



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E614-60CD-A9DC-93A5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SORAYA LOPES CARDOSO (CPF 242.XXX.XXX-87) em 22/02/2024 12:20:39 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JORGE DE MORAES MAIA (CPF 260.XXX.XXX-53) em 22/02/2024 14:29:16 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://parnamirim.1doc.com.br/verificacao/E614-60CD-A9DC-93A5>